

PORTUGUÊS INSTRUMENTAL: UMA VISÃO TÉCNICO-HUMANISTA

Joseli Maria da Silva

Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba
E-mail: jsnr@ig.com.br

Resumo

Aplicação do Português Instrumental na perspectiva de uma gramática que perceba e utilize a funcionalidade da norma padrão vigente e satisfaça às exigências de formação de um profissional de nível superior, enquanto produtor de textos orais e escritos, visando não só à aquisição de conhecimentos técnicos, mas, e acima de tudo, a uma competência de perfil humanista e social, pré-requisito indispensável ao mundo do trabalho neste novo milênio.

Palavras-chave: Argumentatividade. Subjetividade. Oralidade.

Introdução

Em nome de uma formação enraizada nos cursos de graduação das universidades do País, como Letras, e outros afins – Comunicação Social, Jornalismo, etc.–, espera-se do professor de Língua Portuguesa uma postura tradicionalmente marcada pelos estudos e aplicação da gramática normativa em sala de aula, principalmente nos cursos de nível fundamental e médio, onde há concentração ou canalização de conteúdos baseados principalmente nas estruturas morfossintáticas, com pequenas inferências lingüísticas de noções pragmáticas.

Quando em dado momento ou circunstância é solicitado do professor desta área que ministre aulas de Língua Portuguesa enfocando aspectos da redação técnica, mais exatamente correspondências, se percebe clara rejeição. E isto é justificável justamente pela formação que tivemos. Já enfrentamos dificuldades no sentido de nos desapegarmos da análise de partes do texto, que dividimos e fragmentamos para exercitarmos a prática das análises morfológica e sintática. Constatamos ao longo de nossos estudos que tal prática está obsoleta; é necessário analisarmos as condições de produção dos textos e não fragmentá-los. E daí partimos para uma construção e posterior análise de textos confeccionados de acordo com o objetivo a que se destina. Uma vez trabalhando com o texto propriamente dito, achamos que resolvemos o problema, pois retiramos dele exatamente o que antes criávamos aleatoriamente. Muitas vezes esquecemos (até porque não fomos treinados ou educados para isso) que o texto se constitui e constitui enunciados. E isto não exclui o texto técnico ou a correspondência.

No entanto, apesar de uma formação conteudística, nada impede que retomemos nossas pesquisas no sentido de buscar um equilíbrio entre tantos prismas que caracterizam o estudo da língua materna. Ora, se a função da língua é, também, comunicar e transformar, então é possível que a Língua Portuguesa assuma sua postura enquanto instrumento que leve à aplicação destas funções, de forma a nos permitir uma visão completa daquilo que foi dito, do que se pretendia dizer e dos efeitos adquiridos ou causados quando de tais construções.

A aplicação de uma gramática funcional

O estudo de Língua Portuguesa, enquanto instrumental, deve invadir outros campos da linguagem. E é neste ponto, levando em conta o valor de uma gramática funcional, que

concentramos nosso trabalho.

Segundo Neves (1997:15):

Quando se diz que a gramática funcional considera a competência comunicativa, diz-se exatamente que o que ela considera é a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar as expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira intencionalmente satisfatória.

Esta exigência última não é exclusiva do texto literário ou informal – também se faz sentir nos textos técnicos. Qualquer produção deve ter um destinatário, formal ou não, e este, como elemento essencial ao processo da interação comunicativa, precisa reiniciar o processo da “curva lingüístico-discursiva”, ou seja, é necessário compreender um enunciado para devolver-lhe uma resposta, seja de anuência ou não.

Observando a citação de Neves acima, destacamos o termo “intencionalmente”. Qualquer que seja a construção textual, ela estará veiculando intenções. Seja num texto narrativo, descritivo ou dissertativo, técnico ou não, subjaz, sem dúvida alguma, uma idéia que, colocada numa situação comunicativa, acionará o interlocutor ou leitor, provocando-lhe emoções e reações numa cadeia que desenvolverá ritmo próprio a partir da compreensão dos produtores deste processo.

Há neste fluxo/refluxo da linguagem toda uma subjetividade marcada dentro dos enunciados através da seleção lexical, das construções sintáticas, da entonação, enfim, por meio de diversos recursos disponíveis em abundância para qualquer usuário da língua. Dono desse poder de seleção e aplicação, o falante/escritor manifesta-se através da língua, levando lingüistas como Franchi (Possenti, 2001:91) a considerar privilegiadamente a linguagem como uma atividade constitutiva.

Sob este ponto de vista, considera-se que os produtores de discurso oral ou escrito conhecem os mecanismos da língua, utilizando-se deles, manipulando-os e recriando-os, numa atividade processual de trabalhar com a língua, pela língua e sobre a língua, conforme suas conveniências.

Exatamente para justificar essas conveniências, o produtor de textos lança mão da argumentatividade. É evidente que este não é o único propósito de aplicação da língua materna. Concordamos com Koch (1987:17) ao afirmar que o ensino da língua

Não é levar o aluno apenas ao conhecimento da gramática de sua língua, mas – sobretudo – ao desenvolvimento da capacidade de refletir de maneira crítica, sobre o mundo que o cerca e, em especial, sobre a utilização da língua como instrumento de interação social: faz-se preciso, para tanto, que ele se torne apto a **compreender, analisar interpretar e produzir** textos verbais.

Atravemo-nos a estender o termo “instrumento” a uma noção maior: meios cognitivos ou materialmente constituídos para cumprir os objetivos acima descritos.

Entendemos que todos esses princípios norteiam o estudo da língua portuguesa; e, enquanto disciplina, o Português Instrumental pode e deve extrapolar os limites da redação técnica que, inclusive, recebe, em alguns casos, limitações ainda maiores, ou seja, restringe-se à confecção de relatórios técnicos.

A questão da argumentatividade citada por Koch também está marcada nos textos da redação técnica. Embora assuma caráter primordialmente objetivo, as marcas da subjetividade, da intencionalidade e, portanto, da argumentação estão lá e são percebidas pelo receptor desse tipo de texto, porque esse é o fim ao qual se dispôs seu emissor.

É possível, então, analisar enunciativamente um texto qualquer; para tanto faz-se mister buscar a memória do discurso, o interdiscurso. Quer dizer, o texto não deve ser

analisado apenas do ponto de vista do momento de sua construção. Existe um fora da situação que traz marcas passíveis de registro, fazendo com que o exterior da enunciação constitua sentidos no acontecimento, o que será percebido pelos interlocutores quando da recuperação de outros textos não presentes naquele momento exato da enunciação.

Não se discute aqui a intenção de se desconsiderar a análise de aspectos gramaticais; o que se pretende é justamente utilizar os recursos da gramática normativa que, em nome da argumentatividade, terá uma ou outra aplicação viável e por quê. Saber como classificar sintaticamente um termo implica principalmente compreender qual a sua utilidade dentro do texto, que efeitos de sentido provocam esta ou aquela construção dentro do enunciado o qual, como já dissemos, não se restringe ao momento específico do agora, transcendendo a linha do tempo num processo de intertextualidade.

Também não há pretensão de se omitir a leitura, o estudo e a produção de textos técnicos. O que sugerimos ou propomos é a aplicação funcional das normas gramaticais, da organização textual, dos princípios da argumentatividade, e da análise completa dos enunciados, dentro de qualquer texto, e de que forma esta aplicação torna evidente as marcas lingüísticas próprias de um texto técnico, científico ou literário.

É evidente que tais considerações não se restringem ao texto escrito. Todas as nossas atividades estão absolutamente envolvidas com situações de fala, de oralidade.

Sempre preparamos nossos alunos para a produção escrita; no entanto, não raro eles são convocados a apresentar textos oralmente, às vezes sem qualquer orientação, diante de um público exigente e, claro, emocionalmente preparado para ouvir, situação cômoda se comparada à daquele que fala.

Consideramos possível e salutar a inclusão de técnicas de apresentação oral dentro de programas de Português Instrumental, já que, conforme Polito (2001:30)

O uso da palavra falada deixou de ser um privilégio dos religiosos, políticos e advogados. Os empresários, executivos, técnicos, profissionais liberais necessitam cada vez mais da boa comunicação.

Aplicando outros paradigmas do Português Instrumental dentro das salas de aula dos cursos técnicos e tecnológicos, estaremos tentando promover ou formar, através da língua em sua utilização oral ou escrita, profissionais detentores de conhecimentos técnicos e também humanísticos, cidadãos capazes de demonstrar sensibilidade artístico-literária, capazes de formar opinião própria, de interferir com segurança em temas de cultura universal, e competentes para se manifestarem com habilidade e conhecimento lingüístico em qualquer contexto de projeção individual que os coloque em evidência, principalmente nas apresentações orais.

Conclusões

Colocado desta forma, o ensino da disciplina Português Instrumental receberia, cremos, um outro olhar tanto do professor quanto do aluno. Acreditamos ser mais atraente e mais útil o estudo de uma vertente da Língua Portuguesa – as correspondências –, antes monótono, árido ou, no mínimo, desprovido de uma função que justificasse sua exigência dentro da sala de aula.

Esse estudo contemplaria, também, a construção de outros textos, frutos de observação e leitura diversa, estimulando o produtor de qualquer nível acadêmico a manipular os recursos gramaticais conforme suas necessidades, adequando a linguagem ao tipo de texto que se propuser a construir, seja um manual de montagem, um folheto explicativo, uma crônica, uma resenha crítica, etc.

Enquanto exercício de sala, tais atividades incondicionalmente influenciarão no desempenho do estudante, em suas atitudes e interferências discursivas do cotidiano; o

reflexo desses conhecimentos se fará sentir por quem observar o usuário preparado nessas condições, percebendo-o como alguém capaz de produzir textos, através da fala e da escrita, com um potencial diferenciado.

Bibliografia Consultada

GUIMARÃES, Eduardo. **Textualidade e Enunciação**. In: VALENTE, André (org.). **Aulas de Português: Perspectivas Inovadoras**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1987.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A Gramática Funcional**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

POLITO, Reinaldo. **Como falar corretamente e sem inibições**. 91 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.